

**REGULAMENTO PARA A CONCESSÃO DAS MARCAS DE QUALIFICAÇÃO
ATRIBUÍDAS PELO EXÉRCITO AO ABRIGO DO PROTOCOLO DE
COLABORAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO E A IdD – PLATAFORMA DAS
INDÚSTRIAS DE DEFESA NACIONAIS**

Considerando o disposto na alínea b) da cláusula 2.^a do Protocolo de Colaboração celebrado em 21 de outubro de 2016 entre o Exército Português e a IdD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A. (IdD), é aprovado o Regulamento para a Concessão das Marcas de Qualificação Atribuídas pelo Exército ao abrigo do referido protocolo de colaboração, com o seguinte teor:

Artigo 1.º

Objeto

1. O presente Regulamento estabelece as disposições gerais aplicáveis entre o Exército Português, a IdD e as empresas da Base Tecnológica Industrial de Defesa e outras organizações empresariais afiliadas à IdD interessadas, doravante designadas por empresas, no âmbito da atividade de atribuição de qualificações de qualidade pelo Exército Português, a sistemas de armas e equipamentos militares, bem como as condições gerais para a concessão, manutenção, suspensão ou anulação do respetivo Certificado de Conformidade e do direito de uso da Marca de Qualificação.
2. O presente Regulamento será complementado, para cada caso, com a definição das condições particulares aplicáveis aos sistemas e equipamentos propostos para a atribuição das qualificações previstas no mesmo, de acordo com a sua especificidade.

Artigo 2.º

Alterações

1. O Exército reserva-se o direito de alterar o presente Regulamento, sempre que as circunstâncias o determinarem, designadamente sempre que ocorra uma alteração dos

requisitos definidos pelas organizações de que Portugal faz parte, ou uma alteração das normas e/ou outros documentos de referência aplicáveis.

2. Qualquer alteração ao Regulamento é comunicada à IdD, enquanto organização parceira deste processo.

Artigo 3.º

Qualificações

1. Sistema qualificado, no âmbito do presente Regulamento, e protocolo de referência é um equipamento ou sistema testado pelo Exército Português, ao qual foi concedido um Certificado de Conformidade e autorização de uso da Marca de Qualificação correspondente.
2. O Exército confere dois tipos de qualificações, de acordo com a natureza dos testes realizados.
 - a) **PRT *Army Tested***: esta qualificação é conferida ao sistema ou equipamento que cumpra os requisitos gerais e específicos aplicáveis, para um perfil de utilização definido pelo Exército Português;
 - b) ***Combat Proven***: esta qualificação é conferida ao sistema ou equipamento que cumpra os requisitos gerais e específicos aplicáveis relativos à atribuição da qualificação *PRT Army Tested*, mas que, para além disso, tenha sido usado com sucesso em operações militares reais. Este género de qualificação só poderá ser considerado nos casos em que sejam cumpridas todas as obrigações legais e administrativas específicas para cada caso, e salvaguardadas as necessárias condições de segurança.

Artigo 4.º

Definições e conceitos

No âmbito do processo de qualificação de um sistema ou equipamento, as observações realizadas são classificadas de acordo com o critério seguinte:

- a) Conformidade (C): corresponde à satisfação de um requisito;
- b) Não Conformidade (NC): corresponde à não satisfação de um requisito;
- c) Não Conformidade Maior (NCM): corresponde a uma não conformidade que represente uma falha no cumprimento de um ou mais requisitos operacionais ou uma situação que levante dúvidas significativas acerca da capacidade do sistema de armas/equipamento atingir os resultados previstos;
- d) Requisito Sensível (RS): corresponde a uma observação que pode dar lugar a uma NC ou NCM, se a entidade proponente não implementar uma ação corretiva adequada ao sistema/equipamento, num prazo aceite pelo Exército;
- e) Oportunidades de Melhoria (OM): observações que podem identificar áreas potenciais de melhoria, mas que não incluem recomendações ou soluções específicas. Estas observações não põem em causa a capacidade do sistema/equipamento em cumprir os requisitos especificados, mas podem representar ganhos potenciais de eficiência e eficácia;
- f) Os protótipos que poderão ser considerados para avaliação são classificados como (*US Department of Energy*, 2011):
 - 1) *Technology Readiness Level 5 (TRL5)*: modelo de escala laboratorial que integra os diversos componentes com uma configuração similar ao modelo final, em praticamente todos os aspetos. Neste nível, o modelo já foi testado em ambiente laboratorial, sendo quase um protótipo;
 - 2) *Technology Readiness Level (TRL6)*: protótipo à escala real, testado em ambiente idêntico àquele em que é suposto operar. Este nível é aquele que representa verdadeiramente o desenvolvimento tecnológico de um sistema para emprego operacional. O protótipo deve ser capaz de desenvolver todas as funções que serão requeridas pelo sistema operacional e o ambiente de testes deverá representar, com a máxima similitude, o ambiente real de emprego.

Artigo 5.º

Concessão da marca de qualificação

1. Pode candidatar-se ao sistema de qualificação estabelecido no presente Regulamento, qualquer entidade que desenvolva e produza sistemas ou equipamentos de uso militar ou de duplo uso, desde que produzidos em território nacional.
2. A qualificação com a marca Exército é concedida por um período de cinco anos, durante o qual o Exército pode efetuar auditorias de acompanhamento com o objetivo de verificar a manutenção das condições que deram lugar à concessão do Certificado de Conformidade.
3. O processo de avaliação de um sistema inicia-se com o pedido de qualificação pela entidade interessada à IdD. Para esse efeito, a IdD disponibiliza um caderno de candidatura, cujo modelo consta no anexo ao presente regulamento.
4. No momento da candidatura, a entidade deve apresentar a finalidade, objetivos e conceito operacional, de acordo com o referencial para o qual solicita a qualificação, devendo reunir todas as evidências da implementação dos requisitos exigidos por normas específicas.
5. O proponente deve apresentar, para avaliação, um protótipo nível TRL 6, admitindo-se, para casos comprovadamente excecionais, o nível TRL 5, cuja aceitação compete ao Exército, mediante proposta fundamentada da empresa e parecer da IdD.
6. Após a aceitação da candidatura e assinatura de protocolo, a entidade proponente deve disponibilizar ao Exército a documentação do sistema, de acordo com o disposto no caderno de candidatura, sem prejuízo da salvaguarda da confidencialidade e da propriedade intelectual e industrial, conforme previsto no artigo 12.º do presente Regulamento.

Artigo 6.º

Programa de apoio à qualificação e promoção

1. As candidaturas a qualificação devem ser remetidas à IdD até 30 de setembro do ano anterior, a qual apresenta ao Exército a relação de empresas e sistemas propostos, incluindo parecer, não vinculativo, no que concerne à elegibilidade do produto para qualificação.
2. O resultado da candidatura é comunicado às entidades interessadas até 31 de dezembro desse ano, após análise e decisão pelo Exército, e inclui, se possível, uma estimativa inicial dos custos a suportar pela entidade requerente e um cronograma geral dos trabalhos a realizar.
3. Anualmente, o Estado-Maior do Exército elabora um “*Plano Anual de Atividades de Qualificação*” (PAAQ), com base nas candidaturas de entidades proponentes e na capacidade disponível para esse efeito, devendo ser estabelecidas nesse plano as atividades para o ano seguinte, designadamente a identificação dos sistemas selecionados para avaliação.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, poderão ser incluídos, de forma inopinada, no processo de qualificação outros equipamentos ou sistemas, por proposta devidamente fundamentada pela empresa e parecer da IdD, e desde que exista capacidade do Exército em prestar esse apoio.
5. O processo de qualificação pode ser repartido por várias fases e implicar a construção de instalações específicas para a realização de ensaios. O Exército elabora o plano de necessidades e respetiva estimativa de custos a suportar pela empresa, no âmbito das despesas de preparação de ensaios e deslocações referentes a elementos da equipa avaliadora, identificadas em protocolo específico, a definir para cada caso. As infraestruturas e materiais especificamente construídos ou adquiridos para esse efeito, ainda que financiadas pela entidade proponente, são propriedade do Exército.
6. Os protótipos usados na avaliação são devolvidos à entidade proponente, no estado em que se encontrarem, sendo definidas, em protocolo próprio, as contrapartidas a receber pelo Exército no final do processo de qualificação.

7. Após a concessão da qualificação, o Exército, por iniciativa e solicitação da IdD, poderá apoiar a promoção dos artigos qualificados em certames nacionais ou internacionais, no que concerne ao processo de avaliação e testes realizados.
8. O processo de qualificação de um sistema ou equipamento, que poderá incluir, de forma subsidiária, atividades como a referida no número anterior, só será iniciado após a celebração de um protocolo próprio entre o Exército e a entidade proponente.

Artigo 7.º

Análise das candidaturas

1. Para que uma candidatura seja considerada completa e tenha sequência, é necessário que sejam rececionados todos os elementos indicados nos formulários de candidatura. Para esse efeito é realizada uma análise preliminar, que se destina a confirmar se foram recebidos todos os elementos previstos na documentação de candidatura, bem como identificar eventuais situações que necessitem de especial atenção ou esclarecimento durante as fases subsequentes.
2. A análise preliminar referida no número anterior é realizada pelos serviços da IdD.
3. Após a validação da documentação inicial e o envio ao Estado-Maior do Exército, é nomeado o Órgão Responsável pela Área Técnica (ORAT), que efetua a análise da documentação enviada pela entidade, tendo como objetivo avaliar se estão reunidas as condições necessárias para avançar com as fases subsequentes do processo de qualificação.
 - a) Nesta fase, são avaliadas as necessidades e constrangimentos ao processo, podendo, ainda, resultar a identificação das seguintes ações:
 - 1) A necessidade de recurso a entidades externas ao Exército para a realização de testes ou ensaios;
 - 2) A necessidade de construção de infraestruturas específicas para a realização de testes ou ensaios;

- 3) A identificação do órgão no Exército que será responsável pelo desenvolvimento do processo de qualificação;
 - 4) A estimativa inicial de custos do processo de qualificação;
 - 5) Os constrangimentos que derivam da atividade operacional e dos compromissos do Exército Português.
- b) Caso se considere relevante para a análise documental, poderá a empresa ser contactada pela idD de modo a clarificar dúvidas existentes ou remeter ao Exército informação adicional;
 - c) Na sequência da análise documental favorável, o Exército estabelece a programação da avaliação, incluindo as ações e o período em que estas devem ocorrer, e a equipa avaliadora deve acordar com a idD, e esta com a empresa a(s), a data(s) da realização da avaliação, seguindo as instruções do Exército;
 - d) O Exército confirmará à idD, por escrito, e esta à empresa, a programação da avaliação.
4. O Exército reserva-se o direito de não aceitar uma candidatura, se não estiverem reunidas as condições para o cumprimento do disposto no presente Regulamento, designadamente incapacidade técnica para verificar a conformidade de determinados requisitos exigidos pela normalização OTAN ou questões de segurança. Neste caso, o Exército comunica à idD, e esta à empresa, os motivos pelos quais a candidatura não pode ser aceite.

Artigo 8.º

Avaliação

1. A equipa avaliadora é geralmente constituída por um avaliador coordenador e um ou mais avaliadores e/ou peritos técnicos, sendo o número de elementos variável em função do tipo de equipamento/sistema a avaliar. O avaliador coordenador, ou outro elemento da equipa avaliadora indicado pelo Exército, assegura a realização da avaliação de acordo com as regras e procedimentos estabelecidos para cada caso, bem

como coordena os contactos entre a equipa avaliadora e a idD, e esta com a entidade proponente.

2. O avaliador coordenador é responsável pela coordenação do processo de avaliação e pelo estabelecimento de contactos entre a equipa de avaliação e a entidade proponente, nomeadamente para o agendamento de datas de realização de ensaios, disponibilização de instrumentação específica, entre outros.
3. A duração dos testes e ensaios depende da complexidade do sistema sob observação, sendo o seu agendamento dependente da disponibilidade das equipas de peritos e/ou da disponibilidade de forças ou áreas de teste.
4. As equipas de avaliação reservam-se o direito de ter acesso completo a qualquer sistema que é submetido para teste. A recusa no cumprimento desse requisito pode redundar na suspensão do processo.
5. Uma vez iniciado o período de testes, a configuração do sistema não pode ser alterada, a menos que essa alteração seja coordenada com a equipa de avaliação.
6. O Exército reserva-se o direito de encerrar o processo de avaliação se, por razões que lhe sejam alheias, não se realizarem os testes definidos para a verificação da conformidade do sistema no período definido no protocolo específico estabelecido.

Artigo 9.º

Relatórios de análise do sistema

1. Os relatórios de análise elaborados pela equipa avaliadora são propriedade do Exército.
2. As observações registadas nesses relatórios são classificadas de acordo com o disposto no artigo 4.º do presente regulamento.

3. Os relatórios de análise ao sistema são apresentados no final de cada fase, em reunião presencial, onde estarão presentes o Exército, a idD e a empresa, sendo disponibilizado um exemplar a cada entidade.
4. No caso de avaliação negativa, a entidade proponente tem a oportunidade de desenvolver um plano de ações corretivas, designadamente medidas de engenharia que permitam eliminar as Não Conformidades (NC) ou Não Conformidades Maiores (NCM).
5. As ações corretivas das NC e NCM devem ser implementadas pela entidade e apresentadas as respetivas evidências, para permitir a execução de um novo processo avaliativo, num prazo que não deve exceder os seis meses. Em situações excecionais, a entidade pode propor outro prazo, cabendo ao Exército a análise e decisão sobre a sua aceitação.

Artigo 10.º

Certificado de conformidade e uso das marcas de qualificação

1. O Exército, após decisão positiva de qualificação, emite um Certificado de Conformidade, indicando o tipo de marca atribuída, e confere à entidade o direito ao uso da marca respetiva no sistema ou equipamento qualificado.
2. A IdD publicita no seu domínio da *internet* os produtos qualificados e a marca de qualificação obtida.
3. Em caso algum as marcas da qualificação prevista no presente regulamento podem ser utilizadas fora do âmbito de qualificação mencionado no Certificado de Conformidade.
4. O uso abusivo da Marca de Certificação ou do Certificado de Conformidade, por parte da organização certificada ou de terceiros, confere ao Exército o direito de desencadear, no âmbito da legislação vigente, as ações que entender convenientes, nomeadamente judiciais.

Artigo 11.º

Suspensão temporária do certificado de conformidade

1. A suspensão temporária do Certificado de Conformidade aplica-se sempre que se verifique uma ou mais das seguintes situações:
 - a) Falhas persistentes ou graves no cumprimento dos requisitos de qualificação reveladas em condição de serviço pelo sistema de armas/equipamento, incluindo as relativas à sua eficácia;
 - b) Alteração dos requisitos definidos na normalização OTAN.
2. A suspensão temporária da qualificação implica a inibição do uso do Certificado de Conformidade e das Marcas de Certificação concedidas pelo Exército.
3. Quando, no prazo de seis meses, não se mostrem resolvidos os problemas que motivaram a suspensão temporária do Certificado de Conformidade, pode proceder-se à anulação do Certificado de Conformidade.
4. A informação sobre a suspensão ou anulação da qualificação com a marca Exército é publicitada pela IdD no seu domínio na *internet*.

Artigo 12.º

Confidencialidade

1. O Exército e a IdD controlam o acesso e gerem de forma confidencial toda a informação, dados e documentos do sistema de armas/equipamento obtidos durante o processo de avaliação, a todos os níveis da sua estrutura, incluindo elementos das equipas de avaliação, ou pessoas externas que atuem em seu nome.
2. O Exército, ou os seus representantes, podem subscrever e aceitar requisitos adicionais de confidencialidade, sob solicitação da entidade proponente.
3. Caso os requisitos referidos no número anterior sejam impeditivos da execução da avaliação para a concessão da marca Exército, ou não possam ser assegurados pelo Exército, este reserva-se o direito de não iniciar ou prosseguir o processo de avaliação.

4. Não haverá lugar ao dever de confidencialidade nos seguintes casos:
- a) Quando a informação recebida seja do domínio público;
 - b) Quando a informação deixe de ser confidencial por ter sido revelada publicamente pela entidade proponente;
 - c) Quando esteja em causa o cumprimento de uma obrigação legal ou de ordens vinculativas emitidas por autoridades competentes, nomeadamente tribunais ou por órgãos ou serviços administrativos.

Artigo 13.º

Responsabilidade

- 1. O Exército Português não é responsável, perante terceiros, por quaisquer danos, pessoais ou materiais, patrimoniais ou não patrimoniais, resultantes, direta ou indiretamente, da utilização de sistemas por si qualificados.
- 2. O Certificado de Conformidade emitido comprova que o sistema observado está em conformidade com os requisitos estabelecidos pela norma de referência aplicável e com o perfil de uso definido pelo Exército Português, e é capaz de manter o seu desempenho, não sendo o Exército responsável, em nenhum caso, por quaisquer situações de uso indevido ou por eventuais erros de utilização ou por situações de acidente.
- 3. A qualificação conferida pelo Exército não exime, em nenhum caso, a empresa da detenção das garantias e responsabilidades que lhe correspondam conforme a legislação vigente, não sendo o Exército Português responsável, em nenhum caso, por quaisquer incumprimentos pela organização da legislação vigente ou pelos incumprimentos derivados das suas atividades.
- 4. O Exército não é responsável na eventualidade de uma terceira parte não reconhecer ou reconhecer apenas parcialmente o certificado da marca Exército Português.

Artigo 14.º

Informação

1. A informação atualizada sobre os certificados emitidos com a marca Exército, suspensos ou anulados, é disponibilizada no domínio da IdD.
2. A informação a que se refere o número anterior compreende a identificação do sistema ou equipamento, podendo ser complementada por outra informação definida nas condições particulares eventualmente aplicáveis, designadamente a norma de referência usada.

Lisboa, 20 de abril de 2017.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

(General Frederico José Rovisco Duarte)

O Administrador Executivo da IdD, S.A.

(Dr. Miguel Botelho Sousa)